

# ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL NO SISCOMEX/TRÂNSITO

(IN SRF 248, de 25 de novembro de 2002)

Os pedidos de alteração do Responsável Legal pela empresa transportadora, de acordo com a IN SRF nº 248/2002, serão efetuados nos termos abaixo.

O Responsável Legal pela empresa Transportadora (Diretor ou Sócio-Gerente) deverá formalizar requerimento de habilitação junto à unidade de fiscalização aduaneira da RFB com Jurisdição sobre seu estabelecimento matriz (ver o Anexo II da Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010). Para tal, deverá ser apresentada a documentação abaixo.

## IMPORTANTE

Na DELEX é criado um processo para o acompanhamento da transportadora no sistema TRÂNSITO. Todas as solicitações referentes a esse sistema são anexadas a esse processo. Dessa maneira, os procedimentos de renovação de TRTA (se o TRTA ainda estiver em vigência), as alterações de responsável e as inclusões de garantia podem ser feitas diretamente pelo sítio da RFB na internet, dentro do e-CAC. Mais informações no documento "SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS PELA INTERNET" presente neste CD. Para isso, é importante a Transportadora ter o número do processo que acompanha o seu histórico na DELEX.

A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS)**. Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção destes documentos na RFB. A documentação abaixo deverá ser anexada pelo interessado ao processo original da empresa, no ambiente e-CAC.

## DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

### A – PETIÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Petição em forma livre em nome da empresa requerente, assinada por seu(s) representante(s) com poderes para tal, endereçada ao Delegado da DELEX.

Obs.: **Na petição deverão constar razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail atualizados do Solicitante para contato;**

### B – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Doc\_identificacao.PDF)

2. Documento de identificação dos signatários das petições e do READ;
3. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se algum documento for assinado por procurador;
4. Ato constitutivo da pessoa jurídica e suas alterações ou sua última consolidação e alterações, se houver;

## C – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(NOME DO ARQUIVO: Doc\_Comprobatorios.PDF)

5. Certidão simplificada ou específica emitida pela Junta Comercial, expedida há no máximo 90 dias;
6. Termo de Responsabilidade para Trânsito Aduaneiro (TRTA), conforme modelo constante no anexo VII da IN SRF nº 248/2002, assinado pelo responsável legal da transportadora, assim considerado o diretor ou o sócio-gerente;
7. Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa), emitida no site da RFB;

## D – READ – RECIBO DE ENTREGA DE ARQUIVOS DIGITAIS

(NOME DO ARQUIVO: Read\_Assinado.PDF)

8. READ em papel. Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF. Caso o READ ou a procuração que dá poderes para o representante assinar o READ não estejam com reconhecimento de firma, apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação do(s) respectivo(s) signatário(s), em papel, para conferência de assinatura(s).

**ATENÇÃO:** O pedido de habilitação do Responsável Legal no TRÂNSITO, que permitirá o acesso aos sistemas necessários às transações, deve ser solicitado em processo diferente do processo de habilitação da empresa, formalizado seguindo as orientações presentes no arquivo **HABILITAÇÃO DE USUÁRIO EM SISTEMAS DO COMÉRCIO EXTERIOR** constante deste CD.

**No atendimento do CAC/DELEX**, a apresentação do pedido de habilitação do Responsável Legal no TRÂNSITO poderá ser feita no mesmo atendimento do pedido de habilitação da empresa a qual se refere o Responsável legal.

### Observações:

- No caso de empresa transportadora estrangeira, apresentar: Petição, Termo de responsabilidade assinado pelo representante da empresa no Brasil, procuração traduzida, cópia da Licença Complementar (expedida pelo Ministério dos Transportes - ANTT), prova de residência do representante (conta de água, luz, etc.), cópia do documento de identidade do representante.
- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- **A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.**
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no “ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE” constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.  
A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS)**. Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção de recursos na RFB.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão “cópia simples” são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.